

## Professores criticam o CAD

A criação, por parte da reitoria, do Contrato Administrativo Docente (CAD) alimenta o debate sobre a questão dos precários e as possíveis soluções para o problema. Nas unidades, os professores discutem a validade dessa espécie de "terceira via" de trabalho docente proposta para ser implantada na USP.

O diretor do Instituto de Física, Sílvio Salinas, demonstra-se insatisfeito com a criação do CAD. "Não tem o menor sentido uma pessoa entrar na USP, através de um processo seletivo, e, de repente, seis anos depois ser submetido a um concurso, com outros concorrentes", afirma. Porém, o diretor da Física também não concorda que se estabeleça uma pessoa "sem nenhum tipo de crivo". Para Salinas, o modelo ideal é aquele adotado nos Estados Unidos, no qual o docente ingressa na carreira acadêmica e, após um período preestabelecido, ele é avaliado se deve ou não ser efetivado.

No Instituto de Física, segundo Salinas, os problemas "históricos" de precários (com mais de 10 anos) já foram resolvidos com a abertura de concursos públicos.

Para o professor Franklin Leopoldo e Silva, do departamento de Filosofia da

FFLCH, a criação do CAD é uma maneira imperfeita de se resolver o problema dos precários. Segundo ele, apesar de demonstrar algum interesse em solucionar a questão, como a abertura de concursos de efetivação, a reitoria apenas está maquiando o problema

com a criação desse novo contrato, sobretudo numa época de mudança de Legislação. "Seria interessante que os precários que já trabalham na USP há muito tempo e que ainda estão nessas condições tivessem sua situação resguardada contra possíveis arbitrariedades por parte do governo federal", afirma o professor. Para Leopoldo e Silva, a solução seria seguir as normas que regem o serviço público, estabelecendo a condição realmente provisória para o servidor precário. "O concurso e a estabilidade foram direitos conquistados. Então, enquanto não forem formalmente retirados da Legislação, deveriam continuar existindo para todos", completa.

### Continuam indefinidas as regras para aposentadoria

Com o propósito de abrir um canal de comunicação e informar-se sobre as regras para a aposentadoria integral de docentes efetivos, em particular a questão da opção pelo regime geral da previdência, e as regras de aposentadoria integral para docentes, uma Comissão da AduSP esteve reunida dia 6 deste mês com o professor Gilberto Tadeu Shinyasitiki, do Departamento de Recursos Humanos da USP (DRH). Integrada por Marcos N. Magalhães, vice-presidente da AduSP, Tânia Tomé, represen-

tante do CR (IF), e Francisco Miraglia, ex-presidente da entidade, a Comissão ouviu do professor Gilberto Tadeu "que estas regras continuam em estudos pela USP, tanto para efetivos como para os precários". Segundo o representante do DRH, há um Grupo de Trabalho da USP analisando esta questão e as perguntas da Comissão serão levadas para discussão junto a este GT. Gilberto Tadeu disse ainda, "que pretende indicar prazo para uma resposta mais definitiva no início da próxima semana".

### Fórum realiza plenária ampliada

O Fórum das Seis realiza plenária ampliada para todos os docentes no próximo dia 18, às 12 horas, na Unicamp, para discussão da Campanha Salarial. Esta decisão foi tomada no último dia 5, em reunião realizada na Assembléia Legislativa, ocasião em que foram discutidas emendas para a LDO do próximo ano. A pauta de reivindicações da data-base deste ano já foi entregue ao Cruesp. O Fórum aguarda o agendamento da primeira reunião de negociação.

### GT Educação-Adusp convida

#### Debate sobre ENEM e Vestibular

28 de maio, 6ª feira,  
das 17h00 às 19h20,

Aud. da Escola de Aplicação (FEUSP)

#### Participantes

Myriam Krasilchik (FEUSP);  
Sandra M. Zákia L. de Souza (FEUSP);  
Luís Carlos Menezes (IFUSP);  
Luiz Carlos Gomes (IFUSP).

Mais detalhes à página 4.

### Maio tem eleição na Adusp

Inscrição de chapas para a diretoria até o dia 14 de maio, às 18 horas.

Inscrição para o Conselho de Representantes até o dia 21 de maio, às 18 horas.

Eleição nos dias 26 e 27 de maio.

# Eleições de representantes no CO

Entre o final deste mês e início de junho, estarão sendo escolhidos os novos representantes docentes no Conselho Universitário (titular, associado, doutor e assistente). A eleição, segundo a portaria GR 3157, dar-se-á em duas etapas (escolha de delegados nas unidades e eleição do representante). As datas são as seguintes, respectivamente para a primeira e segunda etapas: titular e associado, 25/5 e 1/6; doutores e as-

sistentes, 8/6 e 16/6. A Adusp, com o intuito de contribuir para a ampliação da discussão, está convocando os docentes para uma reunião dia 18 deste mês, às 17 horas na sede da entidade. Ainda com o propósito de incrementar a discussão sobre a atuação docente no CO, encaminhamos aos representantes dos titulares, dos associados, dos doutores e dos assistentes que estão deixando o CO, as seguintes perguntas: 1) Como

você avalia as atividades do CO e sua participação neste colegiado? e 2) Que temas o CO poderia examinar com maior interesse e que deveriam ter um tratamento mais adequado? Dos quatro representantes, até o momento, dois responderam às questões formuladas pela diretoria da Adusp.

Reunião sobre  
Representação no CO

18 de maio,  
às 17 horas,  
na sede da Adusp  
(Prédio da Antiga  
Reitoria).

## Roberto Ramos Júnior (MS-2)

1) As atividades do CO são bastante diversificadas, indo de deliberações bastante simples, como a alienação de imóveis que fazem parte do patrimônio da USP, às mais "complicadas", como alterações do Estatuto, do Regimento Geral, análise de recursos interpostos por alunos, funcionários, docentes etc. Durante nossa gestão, tanto o professor Wagner C. Ribeiro quanto eu, procuramos trabalhar em sintonia, defendendo os interesses da USP e de nossa categoria.

2) Há questões de natureza coletiva, como a relativa aos regimes jurídicos de contrato de trabalho docente, que precisarão ser examinadas. Nota-se que a atual Rei-

toria está empenhada em abrir espaço para discutir o problema. Vários membros do CO já fizeram apelos para que esta questão fosse levada àquele colegiado. Contudo, a solução precisa ser discutida pela comunidade acadêmica, para, depois, ser avaliada pelo CO. Há também questões de caráter individual, como os recursos, que são bastante polêmicas e que devem ser tratadas com o máximo cuidado para que não venham a causar um desgaste desnecessário aos envolvidos. Cito a recente demissão de funcionários da Esalq, aceita pelo CO à revelia das decisões tomadas pela Congregação daquela Unidade, todas contrárias à demissão.

## José Eduardo M. Hornos (MS-5)

1) O Conselho Universitário raramente discute as questões realmente importantes para a Universidade. As questões de natureza formal absorvem uma parte da energia da Casa. A ênfase nos aspectos jurídicos muitas vezes conspira contra os aspectos conceituais. A representação docente conseguiu em várias oportunidades concretizar as alianças necessárias para que o Conselho aprovasse recursos legítimos (entre outras questões), rompendo a inércia da Casa.

2) A questão fundamental que o Conselho Universitário deve tratar é a modificação nas regras para os concursos de professor

titular. Foram quatro anos frustrados tentando apoio para essas modificações. Em minha última participação pedi ao reitor Jacques Marcovitch a formação de uma comissão liderada pelo professor Toledo Pisa. Aguardo. A manutenção do concurso de professor titular baseado em critérios políticos e administrativos tem um suporte muito maior na administração do que aqueles que preferem regras de mérito científico. Temos apoio da vanguarda 'técnica' (digamos assim), isto é, de cientistas de renome, mas é impossível qualquer mudança sem o envolvimento da administração central.

**Adusp**  
Associação dos Docentes da  
Universidade de São Paulo

Of. Adusp nº 026/99  
LBFD/Vare

Exmo. Sr. Prof.  
Dr. Erasmo Tolosa  
Superintendente do Hospital Universitário - USP

Prezado Sr.

A Adusp-S.Sind. tem sido procurada por associados que apontam alguns problemas no atendimento médico-hospitalar, como prazos excessivos para a marcação de consultas e, também, no encaminhamento de exames complementares.

No intuito de contribuir para o esclarecimento dessas questões junto a nossos associados, gostaríamos de dispor das informações abaixo elencadas:

- Procedimentos para a deflagração de urgências médicas e para o encaminhamento de pedidos de exames complementares, especialmente os realizados no Hospital das Clínicas;
- Prazos usuais para a marcação e retorno de exames de:
  - ultrassonografia (HU)
  - densitometria (HC)
  - rresografia (HU)
  - ressonância nuclear magnética (HC)
  - tomografia (HC).

Sendo só para o momento, agradecemos sua atenção e subscrevemo-nos,

Atenciosamente,  
*Jan Borin*  
Zair Borin  
Presidente da Adusp-S.Sind.

## Prazos de atendimento no HU

Em função de inúmeros questionamentos que vem recebendo de seus associados em relação ao atendimento prestado pelo Hospital Universitário, a diretoria da Adusp encaminhou ofício ao superintendente do HU solicitando esclarecimentos quanto aos prazos para a marcação de consulta e encaminhamento de exames complementares. Publicamos o ofício da Adusp e a resposta do professor Erasmo M. Castro Tolosa.

  
Hospital Universitário  
Universidade de São Paulo

Ofício HU-S 047  
GAM

São Paulo, 20 de abril de 1999.

Senhor Presidente,

Em atenção aos questionamentos constantes do Of. Adusp nº 026/99, protocolado em 30.03.1999, temos a esclarecer o quanto segue:

1) As urgências médicas normalmente são atendidas no P.A. Os exames complementares necessários aos diagnósticos/tratamentos das urgências médicas, são realizados no HU. Os atendimentos ambulatoriais que não são considerados urgências médicas podem gerar solicitações de exames complementares os quais podem ser realizados no HU ou agendados em outras instituições conveniadas, conforme disponibilidade destas.

2) Em razão da grande demanda os prazos usuais para a marcação e retorno de exames estão dentro da seguinte previsibilidade:

- ultrassonografia HU - 30 dias
- densitometria HC - 5 dias úteis
- mamografia HU - 30 dias
- ressonância magnética HC - 15 dias úteis
- tomografia HU - 30 dias
- tomografia HC - 15 dias úteis

A realização de exames médicos para a complementação de diagnóstico, dentro dos prazos acima previstos, não sendo para atendimento de casos de urgência e nem situação de sofrimento, são considerados normais dentro da estrutura pública e de saúde.

Atenciosamente,  
*Erasmo M. Castro Tolosa*  
Prof. Dr. Erasmo M. Castro de Tolosa  
Superintendente

# Entidades protestam contra ataques da Otan

Nos dias 15 e 23 de abril, cerca de 100 pessoas participaram, em frente ao Consulado dos EUA, de ato de protesto contra as agressões da Otan ao território da Iugoslávia. Representantes da CUT, de diversos partidos de esquerda (PT, PC do B e PSTU) e de diversos sindicatos participaram dos protestos. A Adusp esteve representada pelo seu vice-presidente, Osvaldo Coggiola.

Na quinta-feira, 15, uma delegação foi constituída para solicitar audiência à consulesa dos EUA, Gwen Clare, sendo recebida pelo responsável de imprensa do consulado, Anthony Fischer. Na sexta-feira, 23, uma delegação contrária aos ataques dos EUA e da Otan contra a Iugoslávia foi recebida pelas autoridades consulares daquele país. Participaram do encontro: Anthony Fischer, responsável de Imprensa do consulado; Maria Sánchez, consulesa política e Mark Del Vecchi, responsável trabalhista. A delegação brasileira era composta por Antonio Carlos Spis (CUT), Clara Charf (PT), Nivaldo Santana (PC do B), Osvaldo Coggiola (Adusp), Magno Carvalho (Sintusp) e Milton Barbosa representando o movimento em defesa do ativista negro Múmia Abu Jamal.



Fotos: Daniel Garcia

Delegação é recebida por autoridades norte-americanas em audiência no Consulado, em São Paulo

Os argumentos em defesa dos bombardeios "humanitários" da Otan, feitos pelos representantes dos EUA, foram combatidos pelos membros da delegação que afirmaram que a Otan é responsável pelo drama atual dos kosovares, sem falar dos sérvios. "É particular-

mente cínico apresentar o massacre em curso como uma ação em defesa dos direitos humanos", disse um dos presentes.

Convocado pela Adusp, Sintusp e DCE/USP, na terça-feira 20 de abril foi realizado no Departamento de História um ato-debate contra os bom-

bardeios da Otan. O ato contou com a presença de 120 pessoas e a participação na mesa dos professores Alexander Jovanovic (da FEUSP), originário da Sérvia, e Tibor Raboklay (do IQUSP), originário de Vojvodina, região de maioria húngara da República Sérvia (Iugoslávia). Osvaldo Coggiola, Claudionor Brandão e Daniel Feldmann representaram, respectivamente, a Adusp, o Sintusp e o DCE. Um novo ato foi convocado para o dia 19 de maio, às 19 horas, no Instituto de Física.

## Ato-debate

19 de maio,  
às 19 horas,  
no Instituto  
de Física

### Informática

A entidade oferece serviços de apoio na área de informática, como impressão a laser de teses e digitalização de imagens através de scanner colorido. Este serviço é restrito a associados e está disponível às terças e quintas, das 9h às 18h. O custo por folha de impressão ou imagem digitalizada é de R\$ 0,40. Solicita-se marcar hora com antecedência.

### Atendimento Jurídico

*Os sócios podem consultar o advogado sobre qualquer questão, seja ela de natureza administrativa, trabalhista ou mesmo pessoal. A consulta é gratuita. Marque seu horário, envie questões, sugestões e críticas, por telefone ou e-mail.*

#### Plantões na Capital:

Quartas-feiras, das 9h às 13h.  
Telefones: 818-4465/818-4466/813-5573. Fax: 814-1715.  
E-mail: juridico@adusp.org.br

#### Plantões em Ribeirão Preto:

Segundas e quartas-feiras, das 10h às 12h.  
Telefones: (016) 633-7878 e 602-3520. Fax: (016) 633-8066.  
E-mail: juridicorp@adusp.org.br

### Adusp contrata

Estamos contratando jornalista e advogado para trabalhar na sede da Adusp. Maiores detalhes no site [www.adusp.org.br](http://www.adusp.org.br)

## GT EDUCAÇÃO

# A persistência do contrato precário na USP

**H**á muito tempo um problema tem afetado o desempenho possível da USP, enquanto instituição que realiza, ou deve realizar de forma indissociada as atividades de ensino, pesquisa e extensão de serviços à comunidade: os contratos precários de trabalho, que afligem, hoje, quase dois mil docentes. Tem vigorado, de um lado, a irresponsabilidade social daqueles que provocaram e mantiveram tal situação, cada vez mais insustentável; de outro, a instabilidade para docentes, não poucos chegando a contar com mais de uma década de trabalho, sempre na expectativa de um dia ter regularizado seu exercício profissional. Saliente-se que, até agora, mesmo para ingressar como precário o docente tem que se submeter a processo seletivo público de provas e títulos que tem todas as características do concurso de efetivação.

Até a Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98, que modificou o sistema de previdência social, a USP vinha dispensando um tratamento semelhante aos docentes efetivos ou precários. Assim, apesar de preocupante, a situação dos professores precários, sobretudo no que se refere às regras de aposentadoria, "resguardava" uma certa isonomia, convidando à acomodação, por mais ilegal e inconveniente que fosse aquela irregularidade, seja do ponto de vista trabalhista, seja no referente ao exercício das atividades acadêmicas. Mas, cabe notar que, ao longo das últimas décadas, os dados de cargos disponíveis parecem indicar que as unidades da USP demonstraram pouco interesse em abrir concursos públicos de efetivação.

Em 8 de abril último ocorreu o seminário "Regimes jurídicos do trabalho docente na USP", com a participação solene de todo o estafe administrativo - reitor, vice-reitor, pró-reitores, consultoria jurídica, departamento de recursos humanos, diretores de unidades -, da ADUSP e, obviamente, dos docentes interessados.

O auditório da Administração da Poli ficou lotado. E não era para menos, pois o assunto em pauta era e é relevante e urgente. Ademais, aguardava-se da parte das autoridades uma proposta à altura das necessidades já evidenciadas pelos anos de vigência dos inadequados e ilegais contratos precários. O mote "a montanha pariu um rato" ilustra com razoável fidelidade a proposta da reitoria: aos docentes precários

em exercício antes de 15/12/98 (data da E. C. nº 20) a reitoria declara que tentará oferecer, por ocasião da aposentadoria, o mesmo tratamento até então dispensado, ou seja, os direitos estatutários. Faz, porém, a ressalva de que isso não depende da vontade da USP, nem do CRUESP, mas de regulamentação do Governo Estadual. De resto, continuaria a renovar o contrato destes docentes em prazos de no máximo 3 anos, conforme a produtividade e consideraria este um "quadro em extinção". Aos novos docentes a reitoria ofereceria, como alternativa que entende adequada, o "Contrato Administrativo Docente - CAD", regime que, além de não solucionar o problema da precariedade, pode agravá-la ainda mais - nesse sentido, um CADinho perverso...

No novo regime (CAD) seria celebrado um contrato por um período de três anos, permitindo-se, após avaliação, apenas uma renovação por um período de mais três anos. Na palavra da Consultoria Jurídica, o CAD possibilitaria uma "oxigenação" dos quadros docentes pela renovação constante. Perguntaríamos: "oxigenação" ou "aeração" da universidade? Renovação ou alta rotatividade?

O CAD implicaria a existência de certas garantias trabalhistas (não confundir com a CLT) como observância às atuais regras gerais da previdência (Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS); direito a férias, ao 13º salário, à indenização (por meio de fundo recolhido durante o tempo de contrato, podendo ser levantado no final). Será que após efetivar-se e enquadrar-se, portanto, no sistema público, o docente poderá integrar esses 3 ou 6 anos de precariedade para fins de aposentadoria, promoções etc.?

Além dessas questões de ordem, por assim dizer, mais trabalhistas, o GT de Educação da ADUSP destaca ainda outras questões relativas aos possíveis impactos do CAD sobre as atividades acadêmicas, questões levantadas por colegas durante o seminário:

\*Seriam as atividades de pesquisa e orientação/formação de pesquisadores compatíveis com a precariedade agravada pelo CAD?

\*Alguma pesquisa de fôlego poderia ser desenvolvida em condições de trabalho temporário?

\*Alguma reestruturação curricular, como a implan-

tação de novas disciplinas, poderia contar com os docentes contratados via CAD?

\*Poderia um docente com esse contrato assumir gerência de fundos, coordenação de comissões, e outras atividades de igual responsabilidade?

É de se temer que, frágil e precariamente vinculado à universidade, esse docente veja-se obrigado a ocupar boa parte de seu tempo preparando-se para um possível concurso de efetivação, mantendo necessariamente menores compromissos com as funções sociais inerentes ao trabalho acadêmico. Haveria da parte de alguma instância algum interesse em manter vínculos e, portanto, compromissos diferenciados? Será que os contratados via CAD seriam remunerados no mesmo padrão dos efetivos? E os concursos de efe-

tivação seriam realizados com regularidade? Para que modelo de universidade estaria apontando a proposta da reitoria?

Da maneira como entendemos as funções da universidade, a estabilidade no trabalho é essencial pois potencializa a livre iniciativa necessária ao exercício autônomo, renovador, crítico e, portanto, mais conveniente da função docente, mantendo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (cf. o Art. 207 da Constituição Federal de 1988). A ausência ou o comprometimento das prerrogativas inerentes ao trabalho universitário aumenta a probabilidade de comprometer, no limite, a própria estrutura e função da USP. Será isso que se pretende?

Você vai deixar que isto também aconteça?

## Vestibular e ENEM: o que você acha disso?

**C**onforme noticiado pela imprensa, a reitoria da USP pretende adotar, já para o próximo ano, como um dos critérios para ingresso na Universidade, o "bom rendimento" dos alunos medido por meio das provas realizadas sob responsabilidade do MEC, conhecidas como ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio). Tal pretensão encontra-se em discussão nos conselhos centrais da universidade.

A aplicação destes exames, que vêm sendo rechaçados pelos alunos e pela UBES, custaram, em 1998, a modesta quantia de R\$ 20,00 para os "bolsos" de cada aluno que quisesse se submeter a eles, e possibilitaram a "engorda" para os fundos da benemérita Fundação CESGRANRIO - que ganhou a licitação nacional e é responsável por sua aplicação em todo o País. Considere-se ainda que, no Estado de S. Paulo, somente 5.000 dos 430.000 alunos matriculados nas 3as. séries do ensino médio se submeteram ao exame, em 1998. Este exame único, é o que vem sendo proposto pelo Ministro da Educação e do Desporto Paulo Renato de Souza, como solução para os problemas de estabelecimento de critérios adequados de seleção que os vestibulares das Universidades Públicas apresentam. A outra alternativa é o acompanhamento da vida escolar dos alunos, traduzida em notas e conceitos, ao longo dos três anos do ensino médio. Incorporar o ENEM como critério de seleção significa legitimá-lo. E o que se sabe sobre a avaliação deste Exame, enquanto "medida"?

### Debate sobre ENEM e Vestibular

28 de maio, 6ª feira, das 17h00 às 19h20,  
Aud. da Escola de Aplicação (FEUSP)

#### Participantes

Myriam Krasilchik e Sandra M. Zákia L. de Souza, ambas da FEUSP;  
Luís Carlos Menezes e Luiz Carlos Gomes, ambos do IFUSP.